

É A LEITURA UMA TÉCNICA DO CORPO?

Marlon Salomon*
marlonsalomon@gmail.com

RESUMO: Nos últimos anos, os historiadores sublinharam a importância da noção de suporte para uma história da leitura. O presente ensaio insiste na relevância da historicidade do corpo-leitor que se conjuga com os suportes da escrita. Trata-se de pensar na história da leitura como história do corpo e considerar se a invenção da leitura silenciosa no Ocidente medieval não deve ser pensada como a produção de uma nova técnica do corpo.

PALAVRAS-CHAVE: leitura silenciosa, adestramento corporal, história da escrita.

UMA CENA BRASILEIRA

A repórter e o cinegrafista se encontram em uma Universidade. Aparentemente, uma cena rara, pois a Universidade não costuma produzir o que se concebe como fato jornalístico. Contudo, eles não estão ali para cobrir uma atividade acadêmica ou científica. É que esta Universidade desenvolve inúmeras atividades filantrópicas. Vai-se inaugurar, nesta ocasião, um centro de atendimento e de distribuição gratuita de aparelhos auditivos para a comunidade carente. A câmera viaja pelos corredores antigos do prédio que formam uma espécie de quadrado em torno de um pátio central que lembra aquele de um antigo colégio católico. Em off, a repórter lê seu texto.

Corta. Entra o reitor-filantropo falando à repórter sobre a importância em distribuir estes aparelhos. Vêm da Alemanha. São caros. A saúde pública não os fornece. A Universidade precisa se aproximar da comunidade carente, explica. É a Extensão. O centro de atendimento irá distribuí-los e fornecer assistência fonoaudiológica gratuita. Privilegiando sempre os mais humildes.

Corta. Eles, os mais humildes, compõem a cena. Não são crianças. São senhoras e senhores, septuagenários aparentemente. Estão ali, num canto, à

* Professor na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás.

espera de alguma direção. À frente, homens de branco e lideranças políticas à espera do ato principal, que advém após discursos edificantes. É o que não escutar plenamente bem? Qual não será a alegria destes mais humildes ao poderem ouvir novamente bem? É o que a alegria de poder voltar a escutar simples sons ordinários, o canto de um pássaro, o assovio do vento? É o que a alegria de voltar a escutar uma música no rádio? É o que a alegria de poder acompanhar sem dificuldades auditivas as cenas de uma telenovela?

Corta. Ao cabo destas questões, seria interessante desenlaçar esta cena, remetendo-as diretamente a um destes humildes. Afinal de contas, fecha-se bem uma reportagem captando em ato a expressão direta desta alegria de poder voltar a ouvir uma música, o canto dos pássaros, o assovio do vento. Talvez àquele senhor de roupa surrada e chapéu velho. “Qual é a sua maior alegria em poder ouvir novamente bem”? Surpresa, a repórter silencia diante do excesso de sentido de sua resposta: “É que agora, *vou poder voltar a ler!*”

LEITURA E INTELECÇÃO

Uma das principais contribuições da nova história cultural à história da leitura foi a de mostrar a importância em não se reduzir a compreensão do ato de leitura a um problema de intelecção. Esta contribuição remete à história de uma interrogação (a saber: como os leitores dão sentido aos textos?) e ao modo singular de como ela foi pensada, sobretudo, por Roger Chartier. Para o eminente historiador francês, foi em reação ao *New Criticism*, segundo o qual a produção de significado decorre de uma relação direta entre o leitor e a obra, que inúmeros modos de considerar esta interrogação foram pensados. Daí a estética da recepção de Jauss e a fenomenologia de Iser. Contra o estruturalismo e a semiologia, a nova história cultural insistiu na materialidade das formas em que os textos estão inscritos e no papel que elas desempenham na construção do seu sentido. Contra a ideia de um leitor universal e contra a noção de recepção, ela insistiu nas circunstâncias e modalidades concretas do ato de ler. Donde a importância em recordar que escritores não escrevem livros, mas sim textos; quer dizer, as estratégias de edição, de impressão e de produção material das obras atuam na relação do leitor com o texto; daí a importância na análise “das modalidades de publicação, disseminação e apropriação dos textos” inspirada na sociologia de D. F. McKenzie, na consideração da historicidade dos leitores e na materialidade dos textos: “nenhum texto existe fora das materialidades que lhe dão para ler e escutar” (CHARTIER, 2009, p. 41).

Este modo radical de historicização e de compreensão do ato de ler mostrou claramente os problemas que residem em uma definição estritamente semântica do texto em que se apoiavam em grande parte “as teorias literárias mais cuidadosas em reconstruir a recepção das obras” (CHARTIER, 1994, p. 13). Ele insistiu fundamentalmente na história das modalidades de relação leitor-texto; na análise das formas concretas que medeiam e constituem essa relação; na reconstituição dos territórios em que as práticas de leitura concretamente se configuram. Trata-se de uma história das *práticas*. Uma história que elide não apenas um “leitor” abstrato e supostamente universal, como também uma noção abstrata e ideal de “texto”. Uma história das práticas é o esforço de reconstituição da história de um engajamento: não existe leitor independente das práticas de leitura no interior das quais os textos em sua própria materialidade se encontram presos.

Não é por outro motivo que a noção de *suporte* desempenha um papel-chave no trabalho de Roger Chartier. Os textos se encontram inscritos em suportes. As formas em que os textos se apresentam atuam na maneira como os leitores dão sentido a eles. Daí que uma história das práticas de leitura é uma análise das relações. Mas não uma análise das relações *entre* os textos e os leitores: isto pressuporia a existência de dois termos previamente dados entre os quais a relação seria secundária ou posterior; quer dizer, pressuporia *dados* o leitor (sujeito) e o texto (objeto). Aqui, a relação é constitutiva: o sentido de um texto se produz em uma relação *com* as formas nas quais este texto se encontra inscrito. Daí que se possa falar na historicidade dos textos e de suas interpretações: é aí que se constituem os objetos que são desdobrados na análise historiadora. Mas não apenas. Isto implica em pensar que o leitor se constitui por meio desta relação *com* as formas nas quais um texto se encontra inscrito; quer dizer que o leitor é *sujeito* de uma prática ou que a leitura como prática se constitui como dispositivo de subjetivação. A *démarche* chartieriana é capital para uma história da leitura, por dar relevo e importância a uma análise dos suportes e dos meios que convidam à interpretação dos textos: o rolo e o códice exigem diferentes modalidades corporais do ato de leitura.

Insiste-se amiúde na importância de uma análise dos suportes e das formas. Gostaria de insistir na historicidade deste corpo-leitor que se conjuga *com* os suportes e as formas. Não seria a história da leitura apenas um capítulo da história do corpo? A história da leitura silenciosa não deveria ser pensada no interior de uma história das técnicas do corpo, no sentido que Marcel Mauss havia atribuído a esta noção? A invenção histórica da leitura silenciosa não remete diretamente à produção de uma técnica do corpo? Não

é no próprio corpo que alguma coisa acontece? Esse acontecimento não se liga à invenção no próprio corpo de uma capacidade ou potência que lhe era estranha? Não é, portanto, um outro corpo - aquele de que pode se ocupar o historiador - que aí se produz? Assim como não há texto sem suporte, é preciso sublinhar esta evidência: não há leitor sem corpo¹.

LEITURA EM VOZ ALTA E LEITURA SILENCIOSA: DUAS TÉCNICAS DO CORPO?

O nascimento da leitura silenciosa no Ocidente se liga a uma nova conjugação entre o corpo-leitor e as formas do escrito. Do lado do escrito, é preciso considerar a invenção de um dispositivo de reprodução dos textos escritos como condição indispensável. A introdução da separação entre as palavras e a indicação de pausa no interior dos parágrafos constitui-se como uma técnica decisiva que transforma as formas do escrito assentes na *scriptura continua* e torna possível a difusão da leitura silenciosa. Este novo dispositivo se liga à invenção de uma nova técnica do corpo.

É no início do mundo medieval que a separação das palavras é reintroduzida nos textos ocidentais. São os escribas irlandeses e anglo-saxões os responsáveis pelo emprego deste dispositivo. Durante a Antiguidade, os textos eram escritos de forma contínua. O texto era escrito de maneira ininterrupta, sem separação entre as palavras, preposições, etc. Não havia espaçamento entre as palavras. A forma desses textos redigidos sem separação entre as palavras era indissociável de uma técnica corporal, a leitura em voz alta. A compreensão do sentido de um texto passava por sua oralização. A leitura em voz alta era feita marcando sílaba por sílaba do texto, de modo que as palavras e frases fossem tornando-se visíveis ao leitor através de sua sonorização produzida pela voz (SAENGER, 1989, p. 945). Nesta técnica corporal, é o som da voz que faz ver a escrita e compreender o sentido do texto.

Não que a Antiguidade desconhecesse este dispositivo. Em seu artigo clássico, Paul Saenger mostra que as primeiras inscrições gregas conhecidas foram feitas com o uso de pontos intercalares como dispositivo de separação das palavras. A antiga tradição mediterrânea de escrita valia-se do uso de pontos para separar as palavras. E dificilmente poderia ser diferente: a ausência de vogais na antiga escrita mesopotâmica, fenícia ou de Israel exigia a separação das palavras de modo a tornar os textos decifráveis. A Grécia é a primeira civilização antiga a empregar a *scriptio continua* em decorrência da introdução de vogais em seu alfabeto. Os romanos não irão empregá-la imediatamente. É apenas por volta do

segundo século antes da era cristã que eles irão adotar a escrita contínua (SAENGER, 1989, p. 947).

De toda forma, é preciso sublinhar que não havia diferença entre a escrita e a fala, a escrita era assimilada à fala. A escrita sem separação das palavras se associava, portanto, a uma concepção fonética da escrita, cuja sintaxe era totalmente conectada a linguagem falada, como mostra Jesper Svenbro (2001, p. 78). Trata-se da própria concepção grega de escrita. Clarisse Herrenschmidt mostra como, na Grécia Arcaica, a introdução de vogais no alfabeto é indissociável da noção de uma escrita da voz. As antigas escritas consonantais concebiam que a linguagem era de origem divina. O homem introduzia as vogais ao ler um texto, ou seja, emprestava a sua voz a essa escrita de origem divina de modo a interpretar a Palavra sagrada. Os gregos adaptaram o alfabeto fenício e introduziram nele signos gráficos representando as vogais; constitui-se, assim, a noção de uma escrita da língua ou da voz dos homens. A escrita materializa a voz e a língua dos homens². Os historiadores sublinham o fato de que se trata de uma concepção de escrita proveniente de uma cultura oral.

Seria preciso pensar como a técnica de escrita sem separação se liga a uma técnica corporal de leitura. Os estudos de Jesper Svenbro sobre a antropologia da leitura na Grécia antiga são decisivos, neste sentido. Visualmente, a reunião de signos gráficos não é mais que um amontoado de letras. A voz e o ouvido são fundamentais nesta técnica corporal de leitura. É a sonorização e a escuta destes signos que torna possível ao leitor reconhecê-los como linguagem, reconhecer neles um sentido. O leitor reconhece uma linguagem em uma reunião de signos graças ao seu ouvido. “Ao pronunciar as letras, escreve Svenbro, o leitor reconhecerá se formam uma sequência inteligível ou não” (SVENBRO, 2001, p. 79). A técnica corporal de leitura é um ato sonoro. A compreensão do sentido de um texto – e mesmo se ele é ou não inteligível – passa pela sua sonorização, pela sua vocalização. A leitura em voz alta “se achava inscrita no texto”. O texto só existia através da oralização. “A leitura pertence ao texto”, afirma Svenbro. “Ler era colocar sua própria voz a disposição do escrito” (Idem, *Ibidem*, p. 81). Daí que a técnica corporal fundamental do mundo antigo fosse a leitura em voz alta. A leitura não era um ato mudo, tal como para nós.

Parece-me que é neste sentido que se pode falar da leitura como uma técnica do corpo. Não se trata de pensar a leitura em relação a um corpo entendido como um aparelho cognitivo. O processo de cognição de um texto antes de ser cognitivo é técnico-corporal. Sem este pressuposto não há história da leitura, há apenas psicologia cognitivista. O ato sonoro de

leitura exige a presença do corpo de um modo muito particular. A voz dá corpo ao texto. Assim, se se afirma que a leitura está inscrita no texto é no sentido de que o texto sempre solicita a presença ativa de um corpo que lhe dê voz. É existência deste *espaço* entre a voz e o texto que torna a leitura um ato técnico. É a inscrição da leitura no texto que aqui a constitui como um ato técnico. É a presença virtual do corpo no texto que aqui a torna um ato técnico. “Jogando com a etimologia da palavra ‘texto’ (do latim *textus*, ‘tecido’), tenho a impressão, escreve Svenbro, de que tudo ocorre como se o texto estivesse formado por uma urdidura escrita e uma trama vocal, que se enlaçam na leitura e se desenlaçam depois” (Idem, *Ibidem*, p. 81). Como ato técnico, a leitura é este enlaçamento, o espaço constituído por este enlaçamento – embora Svenbro não a pense como uma técnica do corpo. Se a escrita desdobra o corpo externamente, a leitura dobra o texto no próprio corpo. O espaço constituído neste desdobramento e nesta dobradura ou ato de desdobramento e de dobradura são eminentemente técnicos. Se a leitura é uma técnica do corpo, é o próprio corpo que a inventa e é no próprio corpo que ela é produzida.

Se a escrita contínua era um obstáculo técnico à difusão da leitura silenciosa, isto não quer dizer que ela fosse desconhecida na Grécia Clássica. Retomando o trabalho de Bernard Knox, Svenbro mostra a existência de referências à leitura silenciosa no V a.C., em textos de Aristófanes e Eurípedes. Pode-se pensar, com Svenbro, que esta nova técnica do corpo irá se desenvolver tomando como referência o modelo do teatro – Svenbro fala em uma “nova prática de leitura”. Ela é pensada a partir de uma analogia com o teatro, através da distinção entre a cena teatral (o escrito) e o público (o leitor). Assim como o público não intervém no palco, o leitor silencioso não empresta mais a sua voz ao texto. O público observa e escuta; ele não lê o texto que ouve, que é invisível e memorizado pelos atores. Os atores não emprestam sua voz ao texto, são a sua “cópia vocal”. O público escuta passivamente essa cópia vocal. Não há mais a relação ativa com o texto, existente na leitura em voz alta. Ou melhor, há um novo tipo de engajamento do corpo no ato de leitura. É como se escrita falasse e o leitor a escutasse quase que passivamente. A autonomia da cena teatral em relação ao público é análoga à do texto em relação ao leitor. O leitor deve escutar a voz desta escrita “dentro de si mesmo: assim, a voz leitora passa a interiorizar-se”. Svenbro vê aí, sobretudo, uma *analogia*. De minha parte, veria aí um modelo ou uma imagem. Não uma imagem que represente a leitura. Mas, uma imagem que permite descrever a juventude e o caráter intempestivo de uma nova técnica do corpo. Uma imagem operativa que descreve a produção, no próprio corpo,

de uma nova técnica. O modelo do teatro remete, portanto, a produção da leitura silenciosa como uma técnica do corpo.

É preciso, portanto, minimizar um pouco a imagem de sua invenção medieval e de um desconhecimento do mundo antigo da leitura silenciosa. Mas, em um sentido preciso. De um lado, a leitura silenciosa não é totalmente estranha à Antiguidade; de outro, se não há uma defasagem que poderia ser atribuída, neste aspecto, à Antiguidade, é preciso se interrogar a propósito desta sua presença marginal entre os gregos³.

Os historiadores são unânimes em afirmar que isto se deve aos valores orais ligados à escrita e à leitura da cultura antiga. A expressão oral do texto, com a cadência e o ritmo correto, “refletia, segundo Malcolm Parkes, o ideal do orador predominante na cultura antiga” (PARKES, 2001, p. 158). Os romanos irão abandonar, por volta do século II antes da era cristã, o uso dos pontos intercalares e adaptar ao latim a “convenção grega da *scriptura continua*”. No entanto, o próprio emprego dos pontos intercalares entre os romanos, na época em que os gregos utilizavam a escrita contínua, era pensado a partir de valores orais. Portanto, a separação das palavras não era associada à leitura silenciosa. Não se pensava esta separação no interior do que posteriormente serão considerados os benefícios da leitura silenciosa em relação à técnica oral de leitura. Saenger mostra como Sêneca, por exemplo, na época em que os pontos intercalares do latim coexistiam com a *scriptio continua* do grego,

Via nesta diferença de apresentação gráfica a consequência de uma diferença de estilo de elocução oratória. Ele atribuía o uso romano do ponto intercalar ao acento feito em latim sobre a prosa mesurada e ritmada e sobre a apresentação oral expressiva do texto escrito, por oposição a isto que julgava ser o caráter tumultuoso da retórica grega. Assim, ele sugeria muito curiosamente que os pontos intercalares desaceleravam a cadência do leitor ao invés de aumentarem sua velocidade de deciframento (SAENGER, 1989, p. 948).

A separação das palavras remete a interpretações opostas de suas vantagens. Para Sêneca, no espaçamento entre as palavras não reside a possibilidade de ler celeremente um texto. Ao contrário! Esta diferença no modo de compreender as suas vantagens é importante, pois nos permite considerar que a introdução, no mundo medieval, da separação das palavras remete a um dispositivo bastante diferente daquele conhecido no mundo antigo. Não há um retorno aos antigos ou uma simples retomada de um dispositivo antigo. O texto de Saenger é chave, neste sentido.

O mundo antigo não tinha este desejo característico das civilizações modernas de tornar a leitura mais fácil e mais rápida, pois as vantagens que o mundo moderno espera de um tal tipo de leitura – busca eficaz e rápida de informações, capacidade de ler rapidamente um grande número de textos difíceis de caráter científico, técnico ou lógico, desenvolvimento da alfabetização de todas as camadas sociais da população – jamais ou raramente haviam sido consideradas como vantagens pelos antigos (SAENGER, 1989, p. 948).

Portanto, se não podemos supor a inexistência da leitura silenciosa no mundo antigo, como sublinha Roger Chartier (1994, p. 98), devemos marcar a diferença das funções a que se ligava esta técnica com aquela que irá nascer no mundo medieval. É ainda Saenger que nos indica esta importante diferença:

[...] os hábitos de leitura do mundo antigo eram profundamente orais e retóricos, por gosto bem como por necessidade, e centrados em um tipo de literatura limitada e intensamente examinada. É precisamente porque as pessoas que liam em voz alta saboreavam os sons melodiosos do texto pronunciado e não se interessavam pela consulta rápida dos livros, que a ausência de espaços entre as palavras em grego e em latim não era percebida como um obstáculo a uma leitura eficaz, o que seria o caso para um leitor moderno esforçando-se para ler com celeridade. Além disso, a oralização, que os antigos apreciavam de um ponto de vista estético, constituía, graças a uma sensação mais viva [produzida] no momento [da leitura], uma compensação mnemônica em relação à dificuldade de compreensão de um texto sem separações. A longo prazo, a memorização de textos frequentemente lidos em voz alta compensava também as ambiguidades inerentes à língua escrita da Antiguidade tardia (SAENGER, 1989, p. 948).

A leitura silenciosa não era apenas uma exceção no mundo antigo; ela pertencia ou se associava, de alguma forma, não apenas à cultura oral da Antiguidade, mas reforçava o seu próprio ideal orador e retórico. Do ponto de vista das técnicas do corpo, talvez pudéssemos dizer que ela reforçava ou desdobrava a própria leitura em voz alta. A escrita antiga exigia do orador uma intimidade ou um conhecimento prévio do texto a ser lido. A leitura silenciosa, quando não buscava simplesmente esconder o que se lia dos que estavam próximos do leitor, ligava-se a esta preparação ou ensaio prévio de conhecimento de um texto. Era, portanto, uma técnica do corpo muito distinta da atual. Não é possível assimilar a técnica do corpo de que se valia

um eminente escritor e leitor antigo, santo Ambrósio, da leitura silenciosa moderna. “Quando os antigos liam silenciosamente, eles o faziam para reforçar sua intimidade [com o texto] e esconder o que eles liam e não para aumentar sua velocidade de leitura” (SAENGER, 1989, p. 945).

A INVENÇÃO MEDIEVAL DA LEITURA SILENCIOSA

A transformação da forma de escrita e do modo de composição dos textos é uma condição de possibilidade da afirmação e disseminação da leitura silenciosa. A essa transformação se liga a constituição de um outro corpo-leitor ou de uma nova técnica corporal de leitura. A escrita contínua, como disse acima, era um obstáculo à difusão da leitura silenciosa. Quando o voraz leitor que era São Jerônimo considerava que o sentido de um texto se revelava difícil à leitura e ao seu entendimento, recorria ao método *cola et commata*. Herdado de Orígenes, o procedimento comático consistia em reescrever o texto em linhas de sentido, em “dispor o texto em frases curtas”, como se fossem versos. Este procedimento, que facilitava a leitura e a compreensão dos textos, era bastante disseminado na época de São Jerônimo (ARNS, 2007, p. 99-100).

A invenção deste procedimento buscava contornar as dificuldades imanentes à leitura dos textos escritos sem interrupção. Há um tipo de *erro* de leitura que é próprio da escrita contínua, que pertence a essa forma de escrita. Muitas vezes, sem dúvida, uma cultura superficial está na origem dos erros introduzidos nos textos pelos copistas (que frequentemente desconhecem o grego e o hebreu). Quando os copistas não compreendem uma expressão, acrescentam, alteram o texto, “para que a narrativa fique clara, isto é, errada. Em vez de *Asaph*, o copista escreverá *Isaiás*” (ARNS, 2007, p. 59).

Uma das quatro funções do que se define então como “estudos gramaticais”, a *emendatio*, consiste basicamente na “correção” do texto copiado⁴. Aqui, a correção remete a um erro introduzido no texto pela ignorância ou sonolência do copista. Mas, há uma modalidade de erro imanente à própria escrita contínua e que se diferencia dessa a que este dispositivo gramatical vem socorrer. A oralização do texto por meio da qual ele se torna inteligível pode revelar nele mais de um sentido ou um sentido outro que pode passar despercebido. No século IV, como mostra Mangel, Donato foi admoestado pelo gramático Sérvio por ler erroneamente em uma passagem da *Eneida* a asserção *collectam ex Ilio pubem* (um povo reunido de Troia) ao invés da expressão correta *collectam exilio pubem* (um povo reunido para o exílio) (MANGEL, 2002, p. 65). A escrita contínua podia levar a este tipo de *erro*.

A primeira função dos estudos gramaticais buscava justamente neutralizar este problema. “A *lectio*, escreve Malcolm Parkes, era o processo pelo qual o leitor tinha que decifrar o texto (*discretio*) identificando seus elementos – letras, sílabas, palavras e orações – para poder lê-lo em voz alta (*pronuntiatio*) de acordo com a acentuação que exigia o sentido” (PARKES, 2001, p. 155). As gramáticas tradicionais do latim desta época eram indissociáveis dos problemas que a escrita contínua colocava à leitura. Eram fundamentais os critérios morfológicos que permitiam formar classes de palavras denominadas de “partes da oração”. Estas gramáticas facilitavam ao leitor a compreensão, a análise e a “identificação dos elementos da língua latina” nos textos (PARKES, 2001, p. 156).

A introdução do dispositivo de separação das palavras, por volta do século VI, marcou uma profunda transformação nas modalidades de relação com os textos. Ela não apenas torna possível a leitura silenciosa, mas marca uma transformação profunda na concepção do que é a escrita, na definição de sua relação com a língua e no entendimento do que é a gramática. O que não leva necessariamente à extinção de antigas técnicas: a técnica corporal da leitura em voz alta não irá desaparecer; ela irá sobreviver na liturgia (PARKES, 2001, p. 158).

A introdução deste dispositivo não ocorreu em qualquer lugar da cristandade, sem relação com a geografia da cristandade. Foram os copistas insulares que introduziram esta separação e desenvolveram novas convenções gráficas para a língua latina. Como mostra Malcolm Parkes, para os monges irlandeses e anglo-saxões, o latim era, fundamentalmente, uma “língua visível”. “Os métodos dos copistas insulares, escreve Parkes, respondiam às necessidades daqueles leitores para os quais o latim era uma segunda língua e implicavam um reconhecimento cada vez maior do latim escrito como manifestação autônoma da língua” (PARKES, 2001, p. 167). Para eles, a escrita era um meio de registro da informação; o latim era uma língua visível, no sentido de que sua existência primordial estava vinculada ao suporte escrito. Era preciso tornar mais acessível essa informação transmitida por este meio visível – o que a assimilação existente entre “fala” e “escrita” na *scriptura continua* dificultava. Toda uma série de convenções gráficas foi desenvolvida, tais como a redução do número de variações de uma mesma letra. Os copistas irlandeses aplicaram à escrita os preceitos de leitura que encontraram nas gramáticas. Assim, os critérios morfológicos que durante a leitura permitiam identificar classes de palavras ou partes da oração tornaram-se critérios de produção e reprodução do texto escrito: “identificavam-se as palavras introduzindo espaços entre as partes da oração” (PARKES, 2001,

p. 165). Desenvolveram o sistema de pontuação introduzindo novos signos, de modo a indicar com clareza a importância da pausa na leitura.

A introdução deste dispositivo se liga, portanto, a uma nova compreensão do que é a palavra escrita e acarretará uma transformação do que se compreende como signo. Ela se liga a um processo que poder-se-ia denominar de “autonomização” da escrita em relação à fala. É uma diferença entre a escrita e a fala que se entrevê aí. É a própria concepção fonética de escrita que se vê aí torcida. A diferença no modo como santo Agostinho, no século IV, e santo Isidoro, no século VII, concebem os signos gráficos é sintomática desta transformação. Malcoml Parkes mostra como Agostinho, no *De Trinitate*, concebe “as letras como símbolos dos sons e os sons como símbolos das coisas que pensamos”. Isidoro, no livro *Etymologiae*, concebe “as letras como símbolos sem sons que possuem a capacidade de nos transmitir em silêncio (*sine voce*) os pensamentos dos que estão ausentes”. É a ausência de sons nas letras que deve ser aqui sublinhada: não é mais preciso oralizar o texto para torná-lo inteligível e compreender o seu sentido. As letras não remetem mais a sons que são os símbolos das coisas. “As próprias letras são símbolos das coisas”. Os signos gráficos remetem diretamente a símbolos das coisas. A escrita torna-se outra coisa: “uma linguagem visível que pode enviar sinais diretamente ao cérebro por meio da vista”.

Ora, é uma nova técnica do corpo, a leitura silenciosa, que se encontra na base desta transformação. Foi preciso que o olho (ou a visão) fosse dotado de uma nova capacidade para que a leitura silenciosa se tornasse possível. É o *próprio* corpo e *no próprio* corpo que se inventa esta técnica. A sua invenção, entre os séculos VI e IX, é indissociável de um novo tipo de adestramento do corpo, pois é preciso que o olho passe a realizar as funções até então atribuídas à boca e ao ouvido. Não se trata simplesmente de um novo modo de ler ou compreender os textos. Trata-se da invenção de uma nova capacidade corporal, de uma nova habilidade do corpo, de uma potência corporal que precisou ser produzida no próprio corpo, individual e coletivamente. Entre a sua dolorosa invenção e a sua lenta difusão é preciso colocar trezentos anos de pele. São três séculos de exercício de um poder, de uma força sobre o corpo para que ele fosse dotado dessa capacidade, dessa habilidade técnica. A invenção coletiva desta habilidade – que não é espontânea ou natural – não remete a um simples acoplamento de algo exterior ao corpo. Ela depende de um adestramento do corpo. É preciso que ela seja inscrita na própria carne.

Esta invenção remete às questões de uma história do corpo: uma análise das invenções históricas que dotaram o corpo de novas capacidades, de novas habilidades técnicas; uma historicização destas invenções que produziram

no próprio corpo novas habilidades técnicas, novas potências individuais e coletivas de relação com o escrito. É preciso não se esquecer que a leitura (bem como a escrita) é um gesto ou um ato técnico: seu exercício depende fundamentalmente do domínio de uma habilidade corporal; é do próprio corpo que se exige este domínio num limite em que a cômoda separação metafísica entre corpo e alma ou entre trabalho manual e intelectual se desfaz. É através da ideia de técnica que esta clivagem, cara à tradição ocidental, pode ser neutralizada, pois o território em que se inscreve esta história é aquele em que as fronteiras que separam uma história do corpo de uma história intelectual se veem borradas. E embora Marcel Mauss, em sua clássica análise, trate de técnicas mais elementares do corpo, daquelas em que se prescinde do uso de instrumentos (o andar, a marcha, o correr, o repouso, etc), é preciso, com o etnólogo francês, não se esquecer que o corpo é o primeiro instrumento do homem (MAUSS, 2003, p. 407) e é preciso acrescer a leitura (e a escrita) à sua taxionomia das técnicas do corpo. Há, sem dúvida, uma história das práticas de leitura. Mas há também uma história da invenção destas habilidades que dotaram o corpo (individual e coletivamente) de certas capacidades e que tornam possível uma história das práticas.

A leitura silenciosa constitui-se em uma nova técnica do corpo, em uma nova habilidade técnica, em uma nova forma de inteligência corporal, porque no próprio corpo foi preciso desfazer o agenciamento até então vigente que relacionava de um modo singular olho-boca-ouvido (a visão, a voz e a audição), o qual durante séculos constituiu-se como a técnica que tornava possível compreender um texto e na qual a visão ocupava um lugar secundário e a audição um papel primordial; foi preciso desfazer este nó e integrar na própria visão as funções que antes eram exercidas pela boca e pelo ouvido. No limite, pode-se afirmar que a técnica de leitura em voz alta prescinde da própria visão daquele que busca compreender um texto (que pode ser substituída pela de um escravo, tal como ocorria com as elites letradas no mundo antigo), mas necessita imperiosamente de sua audição (por isso que a diminuição da capacidade auditiva pode ser tornar um obstáculo profundo à leitura em voz alta e inviabilizar drasticamente o exercício desta habilidade). Foi preciso que as funções exercidas pela voz e pela audição fossem integradas ao olho para que o corpo fosse dotado desta nova capacidade. A leitura silenciosa decorre desta nova relação, deste novo nó, produzido no próprio corpo. A invenção da leitura silenciosa remete à história do adestramento do corpo que tornou esta nova relação possível.

Assim como a invenção do dispositivo de separação das palavras não é sem relação com a geografia da cristandade, a invenção desta nova técnica

do corpo não é dissociável do lugar social em que foi produzida. É no interior dos monastérios, nesta nova instituição que irá se constituir no crepúsculo da Antiguidade, que esta habilidade será produzida. Para pensar esta produção, é preciso antes recordar como o cristianismo, desde o fim do mundo antigo, sublinha a importância da leitura na vida dos clérigos. Já Jerônimo prescrevia aos monges a leitura como forma de ocupar a alma. O trabalho dos copistas insere-se aí: é uma forma de ganhar a vida (uma profissão) e de “ocupar o espírito com a leitura” (ARNS, 2007, p. 58). Não uma mera ocupação: uma atividade indissociável do esforço de salvação da alma (PARKES, 2001, p. 157). O modo como se pensa a relação entre corpo e leitura pode ser entrevisto em uma imagem oriunda da prática de escrita. No século IV, aprende-se a escrever em tabuletas de cera com o emprego do estilete. Os taquígrafos registram os discursos e os textos ditados nas tabuletas de cera antes de transcrevê-los para o pergaminho ou papiro. A imagem do estilete que sulca a tabuleta de cera não é incomum para pensar a leitura. “O coração do homem é a ‘cera’ que recebe as palavras e as ordens do Senhor”, escreve Arns sobre a explicação mística em que as tabuletas de cera estão implicadas nesta época. Em mais de um lugar, são Jerônimo dirá que são “o espírito e a palavra de Deus’ que ocuparão o coração dos fieis” (ARNS, 2001, p. 32). A imagem do estilete que sulca e grava esta palavra no coração não deve ser menosprezada. É esta palavra gravada no coração do monge que irá ecoar em seu interior ao longo dos dias, sobretudo, nos momentos em que estiver desocupado. A Palavra de Deus como alimento da alma: eis o outro nome que esta sulcagem irá receber.

É nos textos do século V de João Cassiano, contudo, que a leitura será inserida em um dispositivo de adestramento corporal. A inscrição desta Palavra no corpo se insere em um dispositivo concreto. A partir de então, suas *Colações* passam a ser lidas nos mosteiros durante as refeições; ele define um método de leitura das sagradas Escrituras, a *lectio divina*. É com Cassiano que se constitui isto que Michel Rouche denomina de educação do coração ou experiência de interiorização da leitura, da oração. Aqui, contudo, a interiorização da oração, a inscrição no coração da Palavra divina, faz-se por uma técnica corporal que será importante durante toda a Alta Idade Média, a ruminação. No método de Cassiano, “a leitura divina constitui uma ruminação ‘de boca [quer dizer, em voz alta] e de coração”. Este método torna possível

escutar para melhor receber e entender através das palavras o que Deus é, da mesma forma que no decorrer de uma longa e profunda conversação cada interlocutor deixa entender o que é pelo que diz. Leitura e ruminação

fixam e imprimem para sempre essa palavra no espírito de quem reza. Então pode brotar e subir das profundezas do ser, até em meio a atividades braçais, a meditação, espécie de diálogo e efusão afetiva, resultante da palavra gravada no coração (ROUCHE, 1990, p. 517-8).

A técnica da ruminação se liga ao esforço de gravar no próprio corpo, de inscrever no coração esta Palavra. A ruminação *sulca* no interior do corpo esta Palavra que deverá ressoar constantemente na vida do monge. Não se trata de uma leitura fortuita. Para ser pensada, a leitura como dobradura do texto no corpo, isto que Rouche chama de experiência interior ou da interioridade pela oração, recorre à imagem técnica do estilete, deste instrumento que escritor antigo tem sempre ao alcance da mão. A ruminação, como dobradura do texto no corpo é o exercício de sulcagem da Letra na carne, de inscrição da Palavra na carne, de gravação no corpo de uma Palavra. A Palavra que ressoa em silêncio em seu interior, seja no exercício de meditação, seja no decurso de uma atividade ordinária, não é mais do que a lembrança destas marcas ou sulcos, a memória como ferida do corpo. Talvez deva-se entrever aí uma condição de possibilidade de constituição da leitura silenciosa, pois esta técnica se insere neste esforço de sulcagem da Palavra no corpo – algo muito distinto da imagem antiga do teatro.

A *ruminatio* será uma técnica decisiva ligada aos textos escritos sem interrupção. O importante a se destacar aqui é que a vida monástica irá transformar o antigo ideal de vida ligado ao ócio e atribuir à leitura uma nova função importante. A partir do século VI, a *Regra de São Bento* retoma e prolonga os preceitos de Cassiano. No século IX, ela se generaliza no Império Carolíngio (ROUCHE, 1990, p. 518). É no interior dos monastérios medievais que antiga aversão ao trabalho será transformada. “Reza e trabalho”, eis o ideal beneditino de vida. São Bento de Nursia não apenas condena o *otium* como ideal de vida, mas também promove o trabalho como ideal de existência monástica. “A ociosidade é inimiga da alma”. O monge deve se ocupar com as atividades manuais e com a leitura divina. Rouche sublinha com clareza isto que define como uma revolução. A atividade intelectual não é mais um lazer ligado ao ócio; é um trabalho como qualquer outro. “O penoso trabalho físico tornou-se um ideal”. É assim que São Bento prescreve em detalhes os momentos da leitura e os tempos de sua duração. Exorta a leitura pessoal e mesmo visual. Prescreve os modos de ler; define o tempo de leitura ao longo do ano e durante a quaresma. Há todo um pequeno conjunto de prescrições e regras de conduta que exigem um controle e um disciplinamento dos gestos. A invenção do silêncio como valor deve ser

entrevista aí. É ele que permite o diálogo e o cultivo interior. Na Alta Idade Média, o estímulo à leitura está ligado à busca da salvação da alma.

Se são os copistas que vão concretamente produzir no Ocidente medieval esta nova técnica do corpo, a leitura silenciosa, é o porque o seu trabalho deve ser pensado desta maneira. Rouche não hesita em afirmar que é no escriba que devemos reconhecer os progressos da vida interior (ROUCHE, 1990, p. 520). Seu trabalho é solitário. Ao contrário de seus colegas, não tem o privilégio de ficar na sala aquecida. No inverno, “a tinta congela no tinteiro”. Quando se encontra em uma sala com outros copistas, deve obrigatoriamente trabalhar em silêncio. Assim, concentra-se e ao mesmo tempo evita atrapalhar os colegas. É aqui que o silêncio é decisivo, no *trabalho*. Para Rouche, um trabalho penoso. “O primeiro dever de um copista é apresentar uma boa cópia, escreve Arns, quer dizer, reproduzir o exemplar tal e qual!” (ARNS, 2007, p. 58). Tarefa difícil contra a qual já Jerônimo dizia que jogavam a falta de atenção, a sonolência e a presunção (ARNS, 2007, p. 59). Um novo corpo-leitor terá que se constituir, neutralizando e expiando estes elementos.

Esta nova técnica do corpo não se constitui sem dificuldades. O escriba deverá deixar de ruminar para si mesmo o texto que copia e lê-lo apenas com os olhos. É do próprio corpo que se exige uma outra capacidade. É uma outra habilidade corporal que aí se requer. No final de uma cópia do século VIII, um escriba anota: “Ninguém pode saber que esforços são exigidos. Três dedos escrevem, dois olhos vêem. Uma língua fala, o corpo inteiro labuta” (*Apud* MANGEL, 2002, p. 67). É essa técnica do corpo aí descrita que é preciso transformar. O escriba anônimo que anotou esta observação no final da cópia que acabara de concluir (um dos poucos tipos de documentos que permitem estudar a sua atividade [*vide* ROUCHE, 1990, p. 520]) não tem dúvida de que o seu trabalho revela um engajamento do corpo. A leitura e a escrita revelam um tipo de engajamento corporal. A audição está aí subentendida neste agenciamento em que a mão, os olhos e a língua trabalham em conjunto. É esta língua que pronuncia o texto que precisará ser imobilizada com a leitura silenciosa. Mas não apenas ela. A *audição ativa* do leitor que oraliza o texto precisará, da mesma forma, ser imobilizada. É o olho que precisará ser adestrado. Como se no olho ou na visão precisassem ser ativados a língua e a audição. É uma nova relação entre o olho e a mão que se entrevê aí. Uma nova habilidade. Um novo tipo de engajamento corporal.

O trabalho do copista não é um trabalho intelectual. Como mostra Le Goff, os monges que labutam nos *scriptoria* medievais têm um interesse

apenas secundário pelo conteúdo dos textos que reproduzem. Não compreendem o seu ofício como obra de difusão do saber. Isto remete ao próprio estatuto do livro na Alta Idade Média, mas não apenas. É preciso sublinhar que a produção dessa nova habilidade é indissociável do estatuto que se atribui a este trabalho. A produção da leitura silenciosa pressupõe um trabalho sobre o corpo; este trabalho sobre o corpo é indissociável do modo como se compreende esta atividade ou do sentido que lhe é atribuído. O trabalho dos escribas, escreve Le Goff, “é obra de penitência que lhes valerá o céu”. Para os monges, o essencial

é a aplicação que põem em seu trabalho, o tempo consumido, as fadigas que padecem ao escrevê-lo. [...] Afinal, de acordo com esse gosto pelo valor medido segundo os méritos e os castigos, que a Igreja copiou das legislações bárbaras, os monges creditam ao número de páginas, de linhas, de letras, anos de purgatório resgatados ou, inversamente, lamentam a falta de atenção que lhes aumenta, pulando tal ou qual letra, a temporada do purgatório. Legaram a seus sucessores o nome desse pequeno demônio especializado em implicar com eles, o demônio *Titivillus* dos copistas, que voltará para importunar Anatole France (LE GOFF, 2003, p. 33).

Trabalho de penitência. Seria possível dissociar a invenção da leitura silenciosa, esta nova técnica do corpo, da compreensão de que o trabalho árduo de reprodução dos textos era um exercício de penitência? Esta técnica permite acelerar a leitura dos textos, concentrar-se introspectivamente apenas na leitura e se isolar do *milieu* de sua reprodução, conjurando, portanto, contra o demônio da desatenção que leva a mão introduzir erros indesejados na cópia, que leva a mão a trair o corpo-escritor. Apresentar uma boa cópia é um trabalho de salvação. Talvez se possa afirmar que para os copistas esta técnica permite quase que abstrair a existência do corpo. Apenas quando a mão se equivoca é que sua presença é lembrada. Afinal, é o próprio peso do corpo sobre a existência, essa “lepra”, no dizer de São Luís, ou “abominável vestuário da alma”, no dizer de Gregório Magno, que o trabalho de penitência busca aplacar (LE GOFF, 1983, p. 120). Trabalho de ascese, portanto. “A cópia, escreve Rouche, constituía uma forma autêntica de ascese, da mesma forma que a oração ou o jejum”. Não há diferença entre orar, jejuar ou copiar. São todas práticas de penitência, trabalho de ascese. “[...] Um verdadeiro remédio para curar as paixões e refrear a imaginação pela atenção dos olhos e pela tensão dos dedos que ela reclamava” (ROUCHE, 1990, p. 522). Nesta ligação singular entre o olho e a mão é a própria imaginação desviante que se vê aí refreada.

Não é, portanto, indiferente o fato de que a leitura silenciosa tenha sido inventada pelo monasticismo, no interior da máquina monacal. É no interior desse lugar social que não apenas o concebe de um certo modo, mas que exerce um certo tipo de poder sobre o corpo, que lhe prescreve um conjunto de exercícios de penitência e de ascese, que o vigia e o submete às sanções ligadas ao pecado da carne, que esquadrinha e disciplina os seus gestos, que o corpo foi dotado desta nova habilidade. A história da invenção da leitura silenciosa é a história deste adestramento do corpo que o fez produzir e assenhorear-se de uma nova técnica.

IS THE READING A BODY TECHNIQUE?

ABSTRACT: In recent years, historians have underlined the importance of the notion of support to a history of reading. This essay insists on the relevance of historicity of the reader-body which fuses into the supports of writing. It reflects the history of reading as a history of the body and speculates if the invention of silent reading in the Medieval Western world should not be thought of as the production of a new body technique.

KEYWORDS: Silent reading, body taming, history of reading.

NOTAS

- 1 As análises aqui desenvolvidas se inscrevem em uma pesquisa mais ampla sobre as relações da técnica com a escrita e a leitura.
- 2 Sobre isto, ver a primeira parte do livro de Herrenschildt (2007), “De l’écriture des langues”.
- 3 O ensaísta Alberto Mangel (2002, p. 57-71) fala mesmo em exceção.
- 4 Em seu estudo, Arns (2007) analisa todas as variações das palavras *emendare* e *emendatio* em São Jerônimo.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Dom Paulo Evaristo. *A técnica do livro segundo São Jerônimo*. 2.ed. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. São Paulo: CosacNaify, 2007.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary Del Priore. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

- HERRENSCHIMIDT, Clarisse. De l'écriture des langues. *Les trois écritures: langue, nombre et code*. Paris: Gallimard, 2007. p. 11-219.
- LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. 2. ed. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1983.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.
- MANGEL, Alberto. *Uma história da leitura*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- MAUSS, Marcel. As técnicas do corpo. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: CosacNaify, 2003.
- PARKES, Malcolm. La Alta Edad Media. Tradução de Fernando Palomero. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Taurus, 2001. p. 153-177.
- ROUCHE, Michel. A Alta Idade Média. Tradução de Hildegard Feist]. In: VEYNE, Paul (Org.). *Do Império Romano ao ano mil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 399-529. (História da Vida Privada, v I).
- SAENGER, Paul, Physiologie de la lecture et séparation des mots. *Annales ESC*, n. 4, p. 939-952, jul./ago. 1989.
- SVENBRO, Jesper. La Grecia arcaica y clásica. La invención de la lectura silenciosa. Tradução de María Barberán. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *Historia de la lectura en el mundo occidental*. Madrid: Taurus, 2001. p. 78.